

## A escrita da História das Mulheres como instrumento de luta política contra a ditadura militar no Chile<sup>1</sup>

*The writing of Women's History as an instrument of political struggle against the military dictatorship in Chile*

**Iasmin Prado Gomes**

Doutoranda em História - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil  
iasmin.gomes@estudante.ufjf.br  
<https://orcid.org/0000-0002-0401-3883>  
<http://lattes.cnpq.br/5762424788839948>

**Resumo:** Este trabalho objetiva investigar a escrita da história das mulheres como instrumento de luta política contra a ditadura militar no Chile, utilizando como fontes as produções publicadas na revista *Mensaje* entre os anos de 1986 a 1990. Diante de um cenário de formação de redes intelectuais, construção e reformulação de projetos políticos, exílios e influências da Revolução Cubana e do governo de Salvador Allende, muitas sujeitas encontraram nos impressos, ferramenta de resistência perante as violações aos direitos humanos cometidas pelo governo do general Augusto Pinochet e de potencialização das agendas dos movimentos feministas.

**Palavras-chave:** História das Mulheres; movimentos feministas; ditadura militar.

**Abstract:** This work aims to investigate the writing of Women's History as an instrument of political struggle against the military dictatorship in Chile, using as sources the productions published in *Mensaje* magazine between the years 1986 and 1990. Faced with a scenario of formation of intellectual networks, construction and reformulation of political projects, exiles and influences of the Cuban Revolution and the government of Salvador Allende, many subjects found in print a tool of resistance to the violations of human rights committed by the government of General Augusto Pinochet and of enhancing the agendas of feminist movements.

**Keywords:** Women's History; feminist movements; military dictatorship.

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi desenvolvida durante o curso de mestrado da autora com o financiamento da CAPES.

## Introdução

O golpe de 11 de setembro de 1973 contra Salvador Allende, o primeiro presidente socialista democraticamente eleito na América Latina, originou uma ditadura militar no Chile que perdurou até o ano de 1990. Setores conservadores e empresariais nacionais e internacionais das culturas políticas das direitas se viram ameaçados pelo seu programa popular, intitulado “Via chilena ao socialismo” e organizaram uma série de boicotes, espionagens e passeatas contra o seu governo, fomentando o surgimento do Estado ditatorial (BORGES, 2013; SADER, 1992).

Em discursos e documentos oficiais da Junta Militar imposta pela ditadura, observamos um apelo “à moral e aos bons costumes da família tradicional” como forma de justificar a destituição de Salvador Allende e a importância de livrar o país do seu legado marxista. Em concomitância, o aparato repressivo engendrou o projeto de “Refundação Nacional” que teve como algumas de suas balizas o anticomunismo, o autoritarismo e o conservadorismo militar, a Doutrina de Segurança Nacional e o sistema neoliberal que foi mais fortificado com a Constituição de 1980, documento que ainda vigora no Chile na atualidade (SEPÚLVEDA, 2013).

Por meio dos seus mecanismos repressivos como a Direção de Inteligência Nacional (DINA) que atuou entre 1974 e 1977, o Comando Conjunto (1975-1977) e a Central Nacional de Informações (CNI), que funcionou de 1977 a 1990, o governo de Augusto Pinochet impôs à população chilena os exílios massivos, torturas, perseguições, mortes e outras formas de violação aos direitos humanos que fizeram mais de 40.000 vítimas que ainda carecem de justiça histórica. No que diz respeito à periodização, comumente o período de funcionamento do Estado ditatorial é fragmentado em quatro momentos: a transição da economia em função da estrutura neoliberal (1973-1978), o milagre econômico (1978-1982), a crise (1982-1984) e a reconstrução do neoliberalismo (1985-1989) (VALDIVIA, 2018; VALDIVIA, 2010).

O sistema neoliberal e sócio-político forjado pelo pensamento autoritário e conservador dos militares tinha como uma de suas premissas discursos e projetos anticomunistas e antifeministas. O ano de publicação (1974) dos documentos *Declaración de Principios del Gobierno de Chile* e *La Junta de Gobierno se dirige a las Mujeres Chilenas* - indica o quanto uma das primeiras preocupações do governo imposto pelo golpe foi cooptar o apoio das mulheres

para o seu projeto político. Ambos os documentos fomentam um ideal de mulher centralizado na moralidade cristã e na reprodução de estereótipos de gênero que o associam aos papéis de mãe, esposa e dona de casa (POWER, 2008).

Apesar desse uso político do gênero, a própria ditadura sabia que ele não contemplava grande parte das mulheres chilenas. Afinal, muitas delas estavam inseridas no mercado de trabalho e em movimentos feministas e partidos de esquerda. Sem contar que mulheres conservadoras ocuparam espaços dentro do próprio governo ditatorial, rompendo com a ideia de que o feminino não pertence ao âmbito público. Ou seja, existiram contradições entre esse ideal de mulher pregado pelas narrativas oficiais e a realidade chilena. Reforçar essa construção contraditória era essencial para defender o projeto político do governo que se via ameaçado pela modernidade que trouxe à tona várias percepções sobre o que é ser “mulher” (ISLA, 2017; JEREZ, 2014).

A preocupação da ditadura em dialogar com as mulheres por meio de discursos oficiais já no início da instauração do sistema repressivo, também pode ser entendida como uma resposta às ações dos movimentos feministas que eclodiram após o golpe militar e saíram às ruas sob slogans como *Democracia en el país y en la casa*, desconstruindo a dicotomia público-privado. E dando fim ao que autoras nomearam como “Silêncio Feminista”. De acordo com a Julieta Kirkwood (1990), grande líder intelectual desses movimentos, esse período de poucas mobilizações feministas deu-se a partir da conquista do voto feminino em 1949 e findou-se com o início da ditadura. Dessa forma, os movimentos feministas chilenos assumiram um caráter altamente político e foram uma das frentes de lutas contra a violação aos direitos humanos cometida pelos militares (KIRKWOOD, 1990; SEPÚLVEDA, 2013).

Observamos que ao mesmo tempo que existiram políticas de gênero impostas pelo governo e disseminadas pela *Secretaria Nacional de la Mujer* e os *Centros de Madres*, onde Lucía Hiriart, a primeira dama, era agente central de defesa do modelo de mulher fomentado pelo Estado, existiram inúmeros grupos de mulheres que, por meio das ruas, dos impressos, das organizações partidárias e sociais, lançaram-se na linha de frente contra o autoritarismo e a favor da emancipação do gênero feminino (KIRKWOOD, 1990; POWER, 2008; VALDÉS, 1987). Neste trabalho, iremos analisar como esse segundo grupo atuou em publicações da revista *Mensaje* durante o recorte temporal de 1986 a 1990, período de intensa mobilização no país e no

exterior dos movimentos feministas chilenos e fim da ditadura militar e início da redemocratização, respectivamente.

*Mensaje* é uma revista católica, fundada em 1951 pelo jesuíta Padre Hurtado. O impresso tem como uma de suas finalidades informar ao seu público as realidades chilena e global de maneira crítica e cristã, assumindo um compromisso de diálogo e responsabilidade com a intelectualidade. Além disso, se posicionou como defensora do humanismo cristão - uma alternativa ao marxismo ateu e ao capitalismo explorador. De acordo com as nossas investigações, é influenciada pela Teologia da Libertação - movimento que aproximou esquerdas e hierarquias eclesiais - mas manteve um corpo editorial múltiplo que dialoga com outras correntes ideológicas, inclusive com a Democracia Cristã (LOWY, 2016).

A revista ainda está em funcionamento no Chile e até a data da escrita deste artigo, havia publicado setecentos e vinte e sete (727) edições e três (3) livros intitulados *Los sabores de la historia (1951-1962)*, *Esperanzas y quiebres en la historia (1963-1974)* e *Silencios y Reencuentros (1975-1988)*, que fazem parte da coletânea *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje* e podem ser adquiridos em sua página oficial<sup>2</sup>. As fontes analisadas nesta pesquisa foram encontradas em seu repositório digital e no da Biblioteca da Universidade Padre Hurtado. Ao longo do nosso recorte temporal, abordou assuntos como política, religião, economia, história, cultura e literatura. Trouxe seções diversas, sendo que os textos que utilizamos neste artigo encontram-se, em grande parte, nas seções *Hechos y Comentarios*, *Sociedad*, *Literatura* e *Cultura*.

A revista não foi fechada durante a ditadura militar chilena, mas sofreu inúmeras ameaças e perseguições advindas da estrutura repressiva de Augusto Pinochet. Entre elas, boicotes nos correios, perdas de patrocínios e a prisão do seu diretor Renato Hevia em decorrência da censura realizada pelo Ministro do Interior do governo. Assim como todo projeto de comunicação, sofreu alterações estéticas e materiais que percorreram o seu papel, número de páginas, fotografias, letras e cores. No início da década de 1980, custava 120 CLP\$ (pesos chilenos) e, ao fim dela, o seu valor já havia ultrapassado 300. Vale lembrar que, em meados de 1980, o salário mínimo do Chile era de 11.335 CLP\$. Já em fevereiro de 1989, correspondia a 15.488 e 18.000 em junho do mesmo ano<sup>3</sup>. *Mensaje* contava com inscrições nacionais e

<sup>2</sup> Site oficial da *Revista Mensaje*. Disponível em <https://www.mensaje.cl/sobre-nosotros/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

<sup>3</sup> Decreto Ley 670. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?i=6273>. Acesso em: 13 ago. 2024.

internacionais e era comercializada em bancas, infelizmente, não sabemos como era a sua recepção entre esses leitores (BELMAR; LEIVA; MENARES: 2015).

Ressaltamos que uma das pautas abordadas pela revista foram os exílios chilenos e que exiladas e exilados integraram o seu corpo editorial. Inclusive, parcela das feministas que corroboraram para a escrita da história das mulheres e escreveram para a nossa fonte eram exiladas e/ou teceram contatos e redes de sociabilidade e intelectualidade com exiladas chilenas e de outras nacionalidades latino-americanas.

Outro ponto de destaque é que estamos analisando uma fonte católica, em que muitas das intelectuais atuantes eram cristãs e/ou foram amparadas pela tutela da Igreja Católica - uma das poucas organizações que conseguiu ter certo respaldo jurídico, institucional e moral, no que tange ao questionamento das violações aos direitos humanos protagonizadas pelos militares (CRUZ, 2015). Logo, o apoio de organismos cristãos implicava em proteção para essas sujeitas e, provavelmente, em uma questão de sobrevivência em meio ao terror disseminado pela Doutrina de Segurança Nacional e outros órgãos autoritários. Como estamos abordando um contexto ditatorial, é complexo definir em qual medida as produções a que nos propusemos estudar escaparam do controle dos editores da revista e da censura do governo.

## ***Movimentos feministas***

No segundo semestre de 1982, foi deflagrado um cenário de recessão mundial que interferiu de maneira negativa na economia chilena e contribuiu para a queda da ideia de “milagre econômico” propagado pela ditadura. Por isso, não somente os grupos inseridos em classes sociais subalternizadas foram afetados pelas políticas neoliberais do governo, mas a população chilena de forma geral. Nos anos de 1983 e 1984, as ruas foram palco de intensas mobilizações populares que criticaram a crise e pautaram o retorno da democracia (CRUZ, 2015). Não foi por coincidência que em 1983, as feministas chilenas se organizaram sob o slogan *Democracia en el país y en la casa*, mencionado anteriormente. Além de buscar o encerramento da separação entre o binômio público-privado, a reflexão proposta pela frase propicia o entendimento de que “o pessoal é político” (SEPÚLVEDA, 2013).

Geralmente, os movimentos feministas que se organizaram contra o Estado ditatorial do Chile são sinalizados por três fases. Na primeira delas, sublinharam a defesa da vida e dos

direitos humanos. Durante o final de 1970 e início de 1980, formaram os primeiros grupos feministas e encontros de mulheres da América Latina e do Caribe, momento em que as reivindicações de gênero assumiram maior dimensão. Já entre 1982 e 1986, desenvolveram intensa organização contra a política terrorista do Estado, construíram redes com outros feminismos latino-americanos e contaram com importantes coordenadoras de núcleos de mulheres. Nos anos seguintes, o processo de redemocratização ganhou ainda mais força entre as pautas defendidas, articulando ações e discursos de gênero com as demais forças políticas e sociais que almejavam o fim da ditadura (WOITOWICZ; PEDRO, 2009).

Salientamos que os movimentos feministas que lutaram contra Augusto Pinochet são múltiplos e, assim como todo grupo sociopolítico, apresentam divergências e conflitos entre componentes até mesmo das mesmas vertentes e instituições. Neste artigo, investigaremos feministas que, em sua maioria, eram brancas, acadêmicas, partidárias e pertencentes à classe média. Além disso, algumas delas foram exiladas em Paris, capital francesa, ambiente concebido como o palco da intelectualidade latino-americana exilada. Logo, estamos abordando um movimento feminista bem específico que acompanhou as transformações da conjuntura política, social e econômica chilena, mas que apresenta limitações teóricas e práticas. Estas conclusões fazem parte da dissertação de mestrado “Feminismos e catolicismos no Chile ditatorial: a atuação de exiladas na revista *Mensaje* (1982-1990)”, sendo o seguinte artigo um dos seus desdobramentos.

Entre as finalidades das sujeitas imersas no projeto editorial de *Mensaje*, temos a elaboração de epistemologias feministas, a valorização de obras escritas por mulheres, o uso de dados científicos como validação dos seus argumentos, a construção de órgãos de informação e apoio jurídico, financeiro e psicológico para mulheres, a inserção de sujeitas em cargos políticos, o diálogo e a compreensão das realidades das mulheres que habitavam as *poblaciones* - os bairros periféricos do Chile, a denúncia das opressões cometidas pelo Estado, o retorno da democracia, a expansão dos grupos feministas em níveis nacional e internacional e a escrita de uma história das mulheres que se conectava com a história do Chile, algo que Julieta Kirkwood (1936-1985) e Teresa Valdés (1951), duas grandes intelectuais desse período, desenvolveram com maestria.

## *Intelectualidade e militância política*

Muitas das agentes atuantes, nessa investigação, pertenciam a partidos de ideologias comunistas e socialistas e entendiam que era preciso unir teoria e prática cotidiana para a concretização dos seus projetos individuais e coletivos. Ou seja, a escrita da história das mulheres não resolveria problemas estruturais por si só; era necessário combater o sistema capitalista, por meio da militância em movimentos sociais e/ou partidos políticos. Lembramos que o nosso objeto de pesquisa localiza-se nos anos 1980, período em que uma parcela considerável das esquerdas latino-americanas havia sido influenciada pela Revolução Cubana e pelo governo da Unidade Popular. Naquele momento, o continente americano atravessava outras ditaduras. Diante desse cenário, as intelectuais feministas chilenas se viram diante de rompimentos e reformulações de projetos políticos, sendo que a categoria de gênero foi incorporada, em muitos deles, em simultaneidade com a de classe (KIRKWOOD, 1982; LARGO, 2017; SADER, 1992).

Dessa forma, escrever consistia em instrumento de existência pública e reconhecimento de que a metade silenciada da população chilena - as mulheres - tinham uma história que se articula, diretamente, com a história do Chile e da América Latina. O silêncio denunciado abrangia as esquerdas e direitas, inclusive os partidos políticos dos quais muitas dessas escritoras faziam parte (ROSA, 2013). O ambiente de debates, exílios, censuras, intensa circulação de ideias e conceitos, possibilitou a construção de impressos feministas como *Boletina Chilena* (1984-1987), *Furia* (1981-1984), *Palomita* (1985-1987) e *Vamos Mujer* (1981-1991) que surgiram durante a ditadura militar com objetivos que se assemelhavam e se distanciaram das publicações inseridas em *Mensaje*<sup>4</sup>.

Entender as produções selecionadas demanda a compreensão de que o *Círculo de Estudios de La Mujer*, fundado em 1979, cumpriu um papel importante no que diz respeito à potencialização da escrita da história das mulheres do Chile. O órgão foi criado pela *Academia de Humanismo Cristiano*, construída em 1975 pelo Cardeal Raúl Silva Henríquez, com o intuito de financiar e apoiar estudos da área das ciências sociais censurados pelos militares. O *Círculo de Estudios de la Mujer* foi extinto em 1983 quando Raúl Henríquez não fazia mais parte do comitê da *Academia de Humanismo Cristiano* (MARQUES, 2011). O encerramento da instituição não

<sup>4</sup> Informações presentes no site do projeto *Boletinas Feministas*. Disponível em <https://boletinasfeministas.org/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

implicou no fim da escrita da história das mulheres, muito pelo contrário, os trabalhos sobre a temática continuaram sendo desenvolvidos com subsídios de outros organismos de fomento.

Julieta Kirkwood (1936-1985) foi uma das integrantes do *Círculo* e de outras associações feministas. Em seu livro mais conhecido, *Ser política en Chile: las feministas y los partidos políticos*, cuja primeira edição foi publicada em 1982 pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), ressaltou muito bem a conectividade entre intelectualidade e militância política<sup>5</sup>. Para a autora, a teoria e a organização coletiva eram fundamentais para o combate às opressões desencadeadas pelo sistema capitalista.

O trabalho criticou o fato de a disciplina de ciências sociais e de os movimentos populares conceberem a categoria de gênero como algo relacionado, exclusivamente, à esfera privada e apontou que apenas a resolução da luta de classes não resolveria os problemas da estrutura neoliberal em que a sociedade chilena estava inserida. A socialista acreditava no conhecimento da conexão entre as opressões como um dos componentes essenciais para a resistência à repressão ditatorial e capitalista e na articulação entre forças emergentes e populares como ferramenta de emancipação coletiva.

As análises da intelectual se aproximam do conceito de interseccionalidade que atualmente é muito usado em teorias feministas para investigar como a interação entre categorias múltiplas como gênero, raça e classe são imprescindíveis para o entendimento das opressões de maneira articulada. Afinal, todas elas atravessam os indivíduos e as coletividades e suas interações com as estruturas. A obra “Mulheres, raça e classe”, da filósofa Angela Davis (2016) é uma grande referência sobre a temática.

É digno de nota que Julieta Kirkwood (1990) afirmou que existem contradições entre as investigações tidas como universais pela ciência e pela cultura burguesa ocidental e as múltiplas realidades intrínsecas às mulheres chilenas. Por isso, evidenciar as diferenças entre as universalidades e as particularidades era fundamental para a compreensão da história das mulheres do Chile e os silenciamentos impostos às sujeitas historicamente subalternizadas. Nesse processo, a elaboração da consciência feminista, o conhecimento sobre as formas de opressão sofridas e a elaboração prática e epistemológica dessa condição seriam essenciais para o rompimento com o anonimato.

---

<sup>5</sup> Outras produções intelectuais da pensadora são: *Tejiendo rebeldías e Feminarios. Julieta Kirkwood Bañados (1936-1985) y los saberes feministas*. Memoria Chilena. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3494.html>. Acesso em: 28 abr. 2024.

*La recuperación de la historia femenina no escrita, desde una perspectiva que asuma su virtual liberación, nos permitirá entender mejor el por qué y el cómo de su opresión y emprender la búsqueda de los significados y los mecanismos de autosustentación de dicha opresión (KIRKWOOD, 1990: 27).*

“Não há democracia sem feminismo” é uma frase atribuída à pensadora que foi muito difundida entre os movimentos feministas chilenos que lutaram contra as culturas políticas autoritárias, a qual está, diretamente, articulada com as produções feministas expressas em *Mensaje*. Nos próximos tópicos deste artigo, veremos o quanto o conceito de democracia foi central para as agendas dos feminismos chilenos e suas teorias. Em um texto escrito para o impresso, a jornalista Patricia Verdugo (1986) argumentou que Kirkwood era a liderança intelectual do movimento feminista chileno e sublinhou os dizeres da socióloga sobre a contribuição da sua obra, no que diz respeito, a uma leitura feminista da história das mulheres organizadas em prol da emancipação:

*“Más que una historia feminista exhaustiva, este texto es una lectura feminista de nuestra historia con mis ojos abriéndose a la idea. Es una historia para que la conversemos, la dudemos, la reflexionemos, le restituyamos vida (...) Creo que toda esta reflexión nos puede ser útil para los actos que emprendamos en la construcción de la nuestra historia, humanizada por la sola voluntad de desprenderse de las limitaciones que, las feministas hemos probado, constituyen un freno para la constitución de una sociedad verdaderamente democrática”, explica la autora Kirkwood en la contratapa de esta obra que la revive con fuerza en sus 235 páginas (VERDUGO, 1986, Mensaje, n° 350, jul: 250).*

Em 1983, Kirkwood contribuiu para a construção do *Movimiento Pró Emancipación de la Mujer Chilena (MEMCH83)* que tinha como uma de suas finalidades potencializar um resgate histórico do passado feminista do Chile, homenageando uma das organizações de mulheres mais destacáveis da primeira metade do século XX - o MEMCH35 que teve um papel central na conquista do voto feminino no país<sup>6</sup>. Percebemos que para as sujeitas que atuavam nesses ambientes, resistir às violações aos direitos humanos, orquestradas pela ditadura, se relacionava com a inserção da história das mulheres e dos movimentos feministas na história política do Chile, enxergando as mulheres como agentes históricas.

Outra grande intelectual que atuou naquele cenário e tem experiências e contribuições que consistem em legado e referência para a escrita da história das mulheres, é a socióloga Teresa Valdés (1951). Em seu livro *Las mujeres y la dictadura militar en Chile*, publicado pela

<sup>6</sup> MEMCH83, Memoria Chilena. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-95082.html>. Acesso em: 29 abr. 2024.

FLACSO em 1987, ela afirmou que as mulheres chilenas lidavam com uma dupla ditadura: a subalternização feminina fomentada pela estrutura patriarcal e a repressão desencadeada por Augusto Pinochet. Valdés (1987) argumentou que o sistema neoliberal projetado pelo próprio Estado acentuou as desigualdades sociais existentes no país e marginalizou, ainda mais, mulheres não brancas e de classes sociais inferiorizadas. Dessa forma, o aumento da carestia dos alimentos, a péssima qualidade dos serviços de moradia, saúde e alimentação e o desemprego massivo decorrente da crise econômica de 1982 também eram assuntos de gênero.

Diante dessa situação, muitas sujeitas de classes menos abastadas foram obrigadas a se inserir no mercado de trabalho de forma informal e precarizada, sendo que várias delas eram acometidas pelas jornadas de trabalho a serem realizadas dentro e fora do lar. Os salários baixos oferecidos às trabalhadoras e a invisibilidade atribuída às tarefas de reprodução social - aquelas que englobam as atividades domésticas e de cuidado, sendo concebidas como improdutivas - também foram entendidas como ferramentas de dominação de gênero (GAGO,2020; VALDÉS, 1987).

Sobre a trajetória profissional de Teresa Valdés também é importante salientar que ela elaborou junto com a intelectual Marisa Weinstein um artigo presente no número 393 de *Mensaje* e publicado em outubro de 1990, denominado *Mujeres jóvenes, ¿vencidas por la vida?*. Diferentemente da grande parcela das produções aqui estudadas, materializou-se em uma seção denominada *Sobre los jóvenes*. As autoras publicaram o conteúdo quando Patricio Aylwin já havia tomado posse do cargo de presidente da República do Chile. Por isso, a grande demanda do período não era o fim da ditadura militar e a realização de novas eleições democráticas e sim discutir as ações das mulheres na suposta democracia recém conquistada.

O texto questionou os papéis de gênero que acometem mulheres adultas e meninas que, desde a infância, são socializadas para serem boas mães e esposas, salientando o quanto esses conceitos são internalizados em instâncias como a educação básica, o ensino superior e o mercado de trabalho. Outro aspecto denunciado é o fato de muitas jovens chilenas terem que deixar os estudos para ajudar financeiramente em casa e desenvolver as funções de reprodução social.

Teresa Valdés e Marisa Weinstein também são autoras do livro *Mujeres que sueñan: Las organizaciones de pobladoras en Chile: 1973-1989*, lançado em 1993, cujo objetivo era desconstruir o silêncio instaurado sob as associações de mulheres, enfatizando que as

habitantes de bairros periféricos sofreram uma tripla opressão: a de gênero, a de classe e a ditatorial<sup>7</sup>. Notamos que *Mensaje* se comportou como um espaço de reunião e disseminação de produções de intelectuais e militantes feministas chilenas, se constituindo como uma espécie de rede de sociabilidade e circulação de ideias do seu espaço-tempo.

O título do escrito analisado, *Mujeres jóvenes, ¿vencidas por la vida?*, provavelmente remete à organização *Mujeres por la vida* que foi fundada em 1983 e compôs uma ampla quantidade de mulheres que responderam à política da morte instaurada pelo Estado com ações, discursos e programas de valorização e defesa da vida. O movimento teve significativa relevância, no que tange à convocação de núcleos femininos que promoveram mobilizações nas ruas e outros espaços públicos; na denúncia de mães que tiveram seus filhos perseguidos, torturados e assassinados pela ditadura e na defesa de unidade entre os grupos de mulheres. Foi central para a disseminação do consenso político como motor fundamental para o retorno à democracia e promulgou o gênero feminino como ator social político. Em 1987, Teresa Valdés<sup>8</sup> lançou um dos seus livros mais famosos, o já apresentado *Las mujeres y la dictadura militar en Chile* com financiamento da FLACSO. Na terceira parte da obra - *Las mujeres hoy: afirmación y negación de la opresión* - abordou o grupo *Mujeres por la vida* e seu caráter revolucionário e transformador diante das organizações de mulheres que resistiram contra a ditadura militar.

A jornalista e escritora Patricia Verdugo (1947-2008), também mencionada em nosso trabalho, foi uma das articuladoras do *Mujeres por la vida*. Além de *Mensaje*, participou do corpo editorial das revistas chilenas *Ercilla*, *Hoy* e *Apsi*. No decorrer da sua trajetória profissional e militante, assumiu projetos altamente politizados, questionando o governo de Augusto Pinochet e se consolidando como jornalista investigativa e referência no assunto. Da mesma forma que outras intelectuais imersas em nossa fonte, publicou diversos livros, sendo alguns deles *Detenidos desaparecidos: Una herida abierta* (1979), *André de la Victoria* (1984), *Quemado Vivos* (1986) e *Bucarest 187* (1999) que fala sobre o assassinato do seu próprio pai, Sergio Verdugo, pela DICAR (*Dirección de Inteligencia de Carabineros*)<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> VALDÉS, Teresa. *Las mujeres y la dictadura militar en Chile*. FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales), 1987. Disponível em Memoria Chilena. <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-9581.html>.

<sup>8</sup> Outros trabalhos produzidos pela autora foram *Venid, benditas de mi padre: las pobladoras, sus rutinas y sus sueños* (1988), *El movimiento social de mujeres y la producción de conocimientos sobre la condición de la mujer* (1993) e *El movimiento populacional: la recomposición de las solidaridades sociales* (1986). Ambos são disponibilizados no site *Memoria Chilena*. <https://www.memoriachilena.cl/602/w3-propertyvalue-141651.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

<sup>9</sup> Patricia Verdugo, *la periodista que desvistió a la dictadura*, *Colegio de Periodistas de Chile*, 2016. Disponível em <https://www.colegiodeperiodistas.cl/2016/10/patricia-verdugo-la-periodista-que.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

Neste tópico, explanamos sobre alguns aspectos das produções intelectuais elaboradas por essas escritoras porque elas refletem o conteúdo materializado nas páginas impressas de *Mensaje*, e são instrumentos para entendermos como as feministas chilenas relacionaram produção intelectual e militância política em uma conjuntura ditatorial. Julieta Kirkwood (1936-1985) não escreveu para a revista, mas foi citada por outras integrantes do impresso. Já Teresa Valdés (1951) escreveu o artigo salientado, ocupando um papel de referência para as intelectuais feministas do veículo e de outros espaços das comunidades nacional e internacional.

## ***A escrita da história das mulheres a partir das produções feministas em Mensaje***

Em seu artigo “A escrita tem sexo?”, Nelly Richard (2002), estudou o Congresso Internacional de Literatura Feminina Latino-Americana que aconteceu em Santiago, capital do Chile, em 17 de agosto de 1987, pleno cenário ditatorial. O evento foi construído por escritoras e críticas literárias chilenas e buscou debater conceitos como “mulher”, “escrita” e “poder”, rompendo com silenciamentos impostos pela estrutura autoritária e patriarcal em vigor no país. O congresso serviu de panorama para a intelectual indagar sobre a essência do feminino e a sua identidade, expressadas em processos de escrita, aspectos primordiais para a teoria literária feminista. Nelly Richard (2002) concebeu o exercício da escrita como produtividade textual e a identidade como um jogo de representações, algo que nos auxilia a investigar a história das mulheres inserida nas produções intelectuais de *Mensaje*.

Nesta pesquisa, entendemos que a linguagem foi utilizada como ferramenta de luta política pelas participantes do Congresso Internacional de Literatura Feminina Latino-Americana e pelas sujeitas que escreveram para a revista. Ao denunciar os conflitos por poder, manifestados em áreas que envolvem literatura, história e política, elas identificaram que a neutralidade usada pela ciência, na verdade, é a universalização do indivíduo masculino. Dessa forma, afirmar que a linguagem e a escrita não contém diferenciações, no que tange ao masculino e feminino resulta na homogeneização da cultura masculina dominante (RICHARD, 2002).

---

Patricia Verdugo (1947-2008), *Mujeres Bacanas*. Disponível em: <https://mujeresbacanas.com/patricia-verdugo-1947-2008/>. Acesso em: 19 out. 2022.

Nelly Richard (2002) teceu uma crítica importante em relação ao processo de tomada da consciência da opressão vivenciada. Para a autora, a preocupação em evidenciar a dominação masculina e a posterior elaboração de um sistema de referências autonomamente femininas, realizado pelas críticas literárias, devem ser observadas com cautela. Ao identificar as diferenciações entre os gêneros, elas contribuíram para a definição do "ser mulher" e do conjunto de modelos que afirmam a condição. No entanto, assumir que determinado conteúdo é "feminino" implica em defini-lo como referente a uma identidade-essência, como se a articulação entre "as mulheres que escrevem" e o "escrever como mulher" fossem estáticas. Linha de pensamento que não leva em consideração que a identidade e a representação se transformam durante o texto, unindo-se e se separando.

A atenção que a intelectual chama para os deslocamentos do "eu" que perpassam a transversalidade textual é um importante contraponto à escrita materializada em *Mensaje*. Afinal, assim como toda teoria, ela apresenta limitações. Nesse caso, as produções intelectuais do impresso fomentam certa essencialização do ser feminino e da escrita feminina, algo problemático, sobretudo, se pensarmos nas epistemologias feministas construídas na atualidade. Portanto, explicitamos a necessidade de ultrapassar a condição biográfica-sexual que define o que é ser "homem" ou "mulher" em nossas produções; inclusive, na escrita da história das mulheres. Outra restrição da teoria aqui investigada, é a naturalização do binômio homem-mulher, pois hoje sabemos que os gêneros são múltiplos e não estáticos. Um trabalho que nos auxilia nesse entendimento é "Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade" de Judith Butler (2003), em que a autora aborda como o poder atua na produção da estrutura que organiza a concepção dualista sobre gênero.

Em nosso processo de pesquisa, optamos por selecionar textos produzidos por intelectuais feministas em *Mensaje* durante o recorte temporal de 1986 a 1990 porque este foi o período em que encontramos a maior quantidade de artigos com essa característica publicados no impresso. Na década de 1970, a temática foi muito pouco explorada pela revista. Já no início dos anos 1980, começou a se manifestar com certa frequência, intensificando-se significativamente nos anos finais da ditadura militar. Uma das questões que explicam essa presença é a expressão que os movimentos feministas alcançaram diante da comunidade nacional e internacional, seja com as mobilizações realizadas no Chile ou com as lutas das exiladas em países como França, Canadá, Cuba e Costa Rica. É necessário ressaltar que, durante

toda a década de 1980, o veículo de comunicação abordou conteúdos que dialogam com a Teologia Feminista, algo que analisamos em trabalhos que extrapolam os limites desse artigo.

Destacamos a capa da edição 350 da nossa fonte que está disponível no site “Memória Chilena” e traz a manchete *Mujeres en movimiento*. Ela foi publicada em julho de 1986 e vendida por 210 CLP\$ (pesos chilenos). *Mujeres en movimiento* é o título do texto de Patricia Verdugo (1986) publicado neste número. Ele se relaciona com a segunda fase dos movimentos feministas que resistiram ao Estado ditatorial. O seu conteúdo aborda a notabilidade do *Mujeres por la Vida* diante das mobilizações por democracia, a relação entre feminismo e política e a investigação de dados científicos e de obras sobre epistemologias feministas. Uma delas é *La otra mitad de Chile* de Angélica Meza (1986), produção que retrata entrevistas com várias mulheres, entre elas, Julieta Kirkwood e Isabel Allende, grande nome da literatura chilena e latino-americana. O livro debateu o autoritarismo patriarcal inserido no contexto político do Chile e a sua repressão a homens e mulheres, salientando o quanto as conquistas dos movimentos feministas eram positivas para a sociedade como um todo.

Imagem I: Capa da edição 350 de *Mensaje*, julho de 1986



Fonte: Memoria Chilena

Patricia Verdugo (1986), também sinalizou um trecho em que Claudia Serrano, uma das mulheres presentes no trabalho de Angélica Meza (1986), criticou os partidos políticos no que tange à não incorporação de demandas do gênero feminino em suas pautas e a forma como utilizaram a imagem das mulheres em campanhas eleitorais, sem considerá-las agentes iguais aos homens em momentos decisivos e públicos. O questionamento também se estendeu à esquerda que não concebeu como válidas as reivindicações dos grupos de mulheres e suas problemáticas em torno de assuntos como segurança e família.

É digna de nota a maneira como a intelectual propôs a reformulação do conceito de política frente aos debates impostos pelo cenário ditatorial e resgatou um passado de luta pelo sufrágio feminino e formação de organizações, destacando o Partido Feminino Chileno que contou com 60.000 integrantes na década de 1950. Vemos como a história das mulheres do Chile foi retomada como instrumento de potencialização da agenda de luta organizada no presente. Dessa forma, a articulação entre resistências desenvolvidas em tempos históricos distintos surgiu para justificar a necessidade de ressignificação da concepção de política, espaço disputado pelas feministas chilenas.

*En La otra mitad de Chile la socióloga Claudia Serrano plantea que “en el pasado, los partidos políticos han sido indiferentes a la demanda específica de las mujeres. Más aún, tienen una cuenta pendiente. Ellos utilizaron a la mujer en sus campañas y propósitos globales, como masa de presión de opinión y de votación sin entregarle jamás ni derechas ni izquierdas, un status igual de igual en la toma de decisiones y en la acción política. Pero la izquierda incurre en otra falta: no reconoció la importancia de las preocupaciones concretas de las mujeres, no enfrentó cuestiones claves como la seguridad y la familia. Equivocadamente dejó este orden de preocupaciones para ser reivindicado como emblemas del conservatismo. La lección tremenda y dolorosa que ha dejado la dictadura incluye una revisión de la concepción de la política”. Tras recordar que, desde un punto de vista jurídico y político, las mujeres chilenas desarrollaron en el pasado un movimiento social importante para conseguir el derecho a voto para desaparecer luego las organizaciones (no olvidar que el Partido Femenino Chileno llegó a tener 60 mil militantes a comienzos de los años 50) (...) (VERDUGO, Mensaje, n.350, 1986: 249).*

Posteriormente, a autora do texto explicitou a articulação entre intelectualidade feminista e militância política, ao afirmar que as ações sociais contra o Estado ditatorial contavam com fortificada participação de mulheres que tinham o suporte de seis obras, nas quais o gênero feminino era agente principal de testemunhos e análises. O trecho abaixo ilustra perfeitamente como a escrita da história das mulheres se conectou com a história política do Chile. Ele também evidencia que, mesmo após a extinção do *Círculo de Estudios de La Mujer*, outras instituições de fomento de pesquisas corroboraram para a construção de trabalhos desenvolvidos por intelectuais chilenas, sendo algumas delas o *Centro de Estudios de la Mujer* (CEM), a *Pehuén Editores* e a *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), ambos citados por Patricia Verdugo (1986):

*La fuerte presencia de las mujeres en la movilización social opositora se vio respaldada, en las últimas semanas, por la aparición de seis libros en los cuales la mujer es protagonista de testimonios y análisis. El Centro de Estudios de la Mujer (CEM) y Pehuén Editores presentaron cuatro obras: *Oficios y Trabajos de las mujeres de Pomaire*, de Ximena Valdés y Paulina Matta; *Andar andando*, de Kirai de León; *Quinchamalí, reino de mujeres*, de Sonia Montecino; y *Yo trabajo así ... en casa particular*, de Thelma Galvez y Rosalba Todaro, donde se recogen impactantes testimonios de cuatro empleadas domésticas. La Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), por su parte, se sumó con la publicación de *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*, de la cientista política y socióloga Julieta Kirkwood, quien - a un año de su muerte - sigue manteniendo el liderazgo intelectual del feminismo chileno (VERDUGO, Mensaje, n.350, 1986: 250).*

Essa mesma edição da revista trouxe uma resenha intitulada *El trabajo doméstico remunerado* de autoria de Alicia Frohmann (1986), na qual ela abordou um dos livros mencionados por Patricia Verdugo (1986), *Yo trabajo así ... en casa particular*, escrito por

Thelma Galvez e Rosalba Todaro e publicado em 1985. A produção conta com testemunhos de Elcira, Luz, Magdalena e Patricia, quatro empregadas domésticas. O texto expresso em *Mensaje* ressalta o silenciamento da condição de trabalhadoras de casa particular e a invisibilidade e a desvalorização atribuídas ao trabalho doméstico. Em sua escrita, Alicia Frohmann (1986) desnaturalizou esse tipo de serviço, enfatizando que a sua desvalorização era fruto de uma estrutura sociocultural fortemente hierarquizada que oprimia as mulheres.

Outro artigo essencial para a nossa pesquisa é *Mujeres en política* publicado por Gisselle Munizaga na seção *Hechos y Comentarios* de *Mensaje* em 1987. A sujeita é uma das criadoras do CENECA, um centro de referência em estudos da cultura e da sociedade chilena<sup>10</sup> e uma das autoras do livro *Mundo de mujer: continuidad y cambio* de 1988 subsidiado pelo *Centro de Estudios de la Mujer*<sup>11</sup>. O artigo materializado em nossa fonte debateu as limitações da opinião política feminina sobre as problemáticas das eleições livres e destacou que mulheres despolitizadas concebiam o “fazer político” como ato destinado apenas aos homens. A falta de autonomia para se mobilizar por causa desse discurso inadequado às novas transformações sociais foi respaldada, assim como a escassez de arcabouço teórico desse grupo no que tange ao campo político. Da mesma forma que outros materiais desenvolvidos para o impresso, demonstrou as dimensões individuais e coletivas das reivindicações por eleições livres e o fim da ditadura militar. O papel das mulheres, nesse processo, foi debatido com respaldo na conquista do voto feminino no Chile e na subalternidade outorgada ao gênero feminino frente ao âmbito público e político, algo internalizado por muitas agentes.

Para a intelectual, as mulheres ocupavam em massa a esfera política quando acreditavam que precisavam defender um modelo de produção social que perpassa por uma identidade centralizada na esfera do material-familiar. Logo, elas se mobilizavam em direção à proteção da vida, da paz, da ordem e da autoridade, algo que não era, exclusivamente, conservador, muito pelo contrário, poderia alcançar proporções revolucionárias. Ao realizar esse movimento, muitas delas buscavam valores morais que eram tidos como tradicionais e históricos e que, para elas, assumiram caráter naturalizado. Ao mesmo tempo, não os defendiam de maneira alienada ou isolada, tinham conhecimento sobre a sua historicidade e dinâmica na realidade prática.

<sup>10</sup> Cooperación Española. Cultura/ Santiago de Chile. Conversación de Giselle Munizaga. Disponível em <https://ccesantiago.cl/evento/conversacion-de-giselle-munizaga/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

<sup>11</sup> Centro de Estudios de la Mujer. Mundo de Mujer: continuidad y cambio. Disponível em <https://cem.cl/mundo-de-mujer-continuidad-y-cambio-centro-de-estudios-de-la-mujer-cem-1988/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

Gisselle Munizaga (1987) mostrou bem como os diversos grupos de mulheres que lutaram contra a ditadura militar romperam com o binômio público-privado ao politizar o espaço doméstico e a usar o campo político para expressar as suas pautas que incluíam os seus lares e núcleos familiares.

As análises das produções feministas em *Mensaje* indicam o quanto os conteúdos abordados pelas intelectuais chilenas acompanharam a história política do Chile e sofreram transformações conforme as ações pela redemocratização transcorreram. Observamos que nos anos iniciais do nosso recorte temporal, as feministas em *Mensaje* adotaram uma postura mais combativa em relação ao sistema neoliberal implementado pelo autoritarismo. No entanto, assumiram discursos e práticas mais conciliadoras nos anos finais da década de 1980. Questão que é explicada pelo contexto histórico em que foi realizado o plebiscito de outubro de 1988 que votou pelo fim da ditadura militar e a *Concertación de Partidos por la Democracia* - frente ampla de forças políticas de centro e de esquerda que se uniram para lançar um único presidente às eleições presidenciais de 1989, o democrata cristão Patricio Aylwin. A coalizão contou com o Partido Democrata Cristão, o Partido Socialista, o Partido pela Democracia e o Partido Radical Social Democrata.<sup>12</sup>

À medida que o processo de redemocratização ganhou corpo, os movimentos feministas intrínsecos à fonte alcançaram um caráter mais institucionalizado e menos popular no que diz respeito às manifestações realizadas nos espaços públicos comuns à sociedade civil, gerando certa desradicalização e desmobilização nas ruas. Crítica que também é compartilhada por Nelly Richard (2001), para a autora, os governos da *Concertación Nacional de Partidos* mantiveram as políticas neoliberais estabelecidas pela ditadura de Augusto Pinochet conciliando repressão e modernização. A política de transição empregada usou o consenso como ferramenta de neutralização das forças que estavam em disputas durante o período autoritário. Portanto, consenso, memória e mercado estão entre as bases dessa “democracia da transição” que instrumentalizou discursos e práticas e amenizou casos de violações aos direitos humanos cometidos pelo Estado (RICHARD, 2001).

As narrativas existentes em *Mensaje* daquele período pautaram a atuação das mulheres na política e o acesso à educação desses grupos. A centralidade da inserção feminina no

<sup>12</sup> Memoria Chilena, *Concertación de Partidos por la Democracia (1988-2009)*. Disponível em <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-31414.html>. Acesso em: 09 mai. 2024.

processo democrático ganhou as páginas impressas da revista e as reivindicações de movimentos sociais. Em 1987, por exemplo, foi construído o *MIEL: Mujeres Integradas por las Elecciones Libres*, em concomitância com os debates em *Mensaje* sobre a necessidade de elaboração de ações afirmativas para mulheres em cargos políticos e a promoção de suas formações para a participação nesses espaços de poder.

No texto intitulado *MIEL: un aporte alegre a la democracia* (1987), escrito por Sol Serrano para o impresso, as eleições presidenciais foram apontadas como essenciais para a população feminina chilena. Foi dito que o MIEL foi organizado por um coletivo de mulheres de *San Antonio* que relacionaram a democracia com o *miel* (mel em espanhol), evidenciando que assim como a democracia, o mel se originava da organização coletiva; no caso, as abelhas que integravam as colmeias. O MIEL surgiu dos bairros e a sua primeira atividade foi vender empanadas para custear a legalidade da instituição, a inscrição nos registros eleitorais e as lutas e agendas em nome das eleições livres. A associação cresceu nacionalmente, objetivando acolher mulheres que reivindicavam o retorno à democracia.

O clima de unidade entre mulheres também foi fomentado no artigo *Demandas de las mujeres a la democracia* de autoria de Alicia Frohmann, datado de agosto de 1988 e disponível na seção *Hechos y Comentarios*. Ele retratou que vinte e dois (22) coletivos e organizações feministas apresentaram em julho daquele mesmo ano um projeto que pautou a união entre todas as mulheres chilenas e as documentações que marcaram o movimento de mulheres do Chile. Ela salientou que as sujeitas as quais integravam a proposta deveriam expor as suas reivindicações perante o processo democrático e a importância de acrescentá-las ao projeto político apoiado pela maioria da população.

*Un conjunto de 22 colectivos y organizaciones de mujeres, nucleados en el Movimiento Feminista, presentaron el 1 de julio una propuesta a todas las mujeres chilenas para unirse y expresar, como mujeres, sus demandas a la democracia y exigir que éstas formen parte del proyecto democrático al que la mayoría aspira. La propuesta feminista recoge los contenidos de documentos previos que marcaron hitos en la historia del movimiento de mujeres en Chile, como la plataforma del MEMCH'83 y el pliego de las mujeres presentado a la Asamblea de la Civilidade en 1986, y plantea que "no habrá una verdadera democracia en Chile sin la plena participación de las mujeres en todos los ámbitos de la vida nacional (FROHMANN, Mensaje, n.371, 1988: 341-342).*

De maneira geral, a produção de Alicia Frohmann (1988) defendeu que não existiria democracia sem a participação feminina em todos os âmbitos nacionais, a criação de ações

afirmativas para mulheres em cargos políticos e uma maior atuação do gênero feminino em espaços de representação pública da sociedade. Outro aspecto abordado foi a igualdade entre os gêneros na área educacional e nos meios de comunicação - a autora criticou a reprodução de um tipo ideal e tradicional de mulher na televisão e, ao mesmo tempo, a sua sexualização orquestrada pelos veículos midiáticos.

O texto de Alicia Frohmann (1988) assumiu uma linha de pensamento que marcou os escritos feministas dos meses anteriores ao plebiscito de outubro de 1988. A ideia era mobilizar o maior grupo possível de mulheres chilenas em prol da vitória do *No* na votação, o que implicava no fim da ditadura e em uma transição para a democracia tutelada pelos próprios militares. *Acerca del lugar de las mujeres en política ¿Una mujer presidente?* escrito por Josefina Rossetti e publicado em maio de 1988, traçou uma narrativa semelhante. O material afirmou que as mulheres compunham metade da população eleitoral do Chile e, ainda assim, não tinham acesso considerável às ações e análises políticas do país. Ao indagar sobre a baixa participação de lideranças femininas nos cargos públicos perguntou “¿Participar en política para servir el café?”<sup>13</sup>, uma crítica aos partidos de esquerda que atribuíam funções domésticas às suas integrantes, algo que foi muito discutido não apenas por mulheres de movimentos feministas e partidos políticos chilenos, mas também latino-americanos (BRITO, VASQUEZ, 2007).

Como podemos observar, o texto de Josefina Rossetti (1988) dialoga com outros escritos expressos em *Mensaje*. Provavelmente, as redes intelectuais reunidas pela revista liam-se entre si e, claro, estabeleciam trocas pessoais e profissionais sobre gênero, política e classe, questões centrais para a escrita da história das mulheres do Chile e resistência à censura do Estado.

Segundo o nosso mapeamento, Josefina Rossetti é a feminista chilena que mais publicou no impresso e uma das poucas mulheres que escreveu sobre a experiência do exílio nele inserida. A socióloga é autora de cinco textos materializados nas seções intituladas *Sociedad e Hechos y Comentarios*. Josefina Rossetti foi exilada na França e conquistou o título de doutora pela Universidade de Paris<sup>14</sup>. Sobre a sua produção intelectual também sabemos que foi uma das editoras da obra *Patricio Cariola Barroilhet: jesuíta inovador en educación y creador de consensos* que teve o subsídio do Centro de Investigación e Desenvolvimento da Educação (CIDE) e da

<sup>13</sup> ROSSETTI, Josefina. *Acerca del lugar de las mujeres en política ¿Una mujer presidente?*. Revista *Mensaje*, maio de 1988, ed.368, p.145.

<sup>14</sup> Josefina Rossetti Cintolesi. LinkedIn. Disponível em [https://www.linkedin.com/in/josefina-rossettincintolesi/?original\\_referer=https%3A%2F%2Fwww%2Egoogle%2Ecom%2F&originalSubdomain=cl](https://www.linkedin.com/in/josefina-rossettincintolesi/?original_referer=https%3A%2F%2Fwww%2Egoogle%2Ecom%2F&originalSubdomain=cl). Acesso em: 14 mai. 2024.

Universidade Alberto Hurtado, autora de *Inserción laboral para el retorno: el caso de los exiliados chilenos* (1985) em conjunto com Patricio Cariola e de *Educación y subordinación de las mujeres* de 1989.<sup>15</sup>

Em *Acerca del lugar de las mujeres en política ¿Una mujer presidente?*, denunciou o fato de o governo e outros segmentos de direita terem ciência do fato da população feminina ser mais adepta às ideologias conservadoras do que os homens e usarem disso para cooptar as mulheres para o seu projeto político, fomentando a ordem em vigor e impactando negativamente as transformações sociais defendidas por grupos progressistas. Josefina Rossetti (1988), assegurou que as atuações das mulheres de direita foram essenciais para a consolidação do golpe de 11 de setembro de 1973, afirmação que é confirmada pelo excelente trabalho de Margaret Power (2008) em *La mujer de derecha: el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973*. A exilada chilena acrescentou que cerca de 70% do público feminino tinha a ideia de votar pela manutenção da ditadura militar no plebiscito de outubro de 1988.

*La derecha y el régimen actual saben muy bien que las mujeres han actuado hasta ahora en forma más conservadora que los hombres y lo aprovechan. Por eso buscan denodadamente su apoyo para oponerse a los cambios y reforzar el orden existente. La influencia de las mujeres fue decisiva en el golpe militar de 1973 y podría volver a serlo. De hecho, las mujeres son más favorables a Pinochet que los hombres, y constituyen cerca del 70% de las personas cuya intención es votar SI en el plebiscito (ROSSETTI, Mensaje, n.368, 1988: 143).*

A intelectual trouxe dados para defender a sua argumentação e relacionou o conservadorismo feminino e a condição de dona de casa. Novamente, vemos como o trabalho doméstico assumiu um papel central nas investigações construídas pelas cientistas atuantes em *Mensaje*. Para Josefina Rossetti (1988), as trabalhadoras do lar estavam isoladas em suas moradias porque as suas ações do dia-a-dia consistiam em garantir a reprodução da vida e da força de trabalho, algo que as proporcionava restritas experiências em coletividade. Quando as suas trocas em comunidade aconteciam, elas eram estabelecidas em ambientes como os *Centros de Madres* que eram operacionalizados pela extrema direita chilena (POWER, 2008). Esse certo distanciamento em relação a outros grupos de mulheres impedia que as donas de casa compartilhassem experiências e inquietações com outras sujeitas e formassem uma consciência

<sup>15</sup> Red de repositorios latinoamericanos. *Educación y subordinación de las mujeres*. Disponível em <https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/1376287>. Acesso em: 10 mai. 2024. Já o trabalho de Josefina Rossetti e Patricio Cariola sobre a inserção de exilados no mercado de trabalho e o retorno ao país de origem foi divulgado em *Mensaje* através de um artigo escrito pela intelectual em 1986: *El problema del retorno*.

crítica e feminista sobre as opressões vivenciadas e a tomada de decisões em conjunto para solucioná-las.

Com o resultado do plebiscito de 1988 e conseqüentemente, o fim da ditadura militar comandada por Augusto Pinochet, textos sobre a vocação política das mulheres e a sua organização institucional frente à transição para a democracia foram explanados. *Concentarse para tener una voz en política nacional* também de Josefina Rossetti (1989) e *Una aproximación histórica: sobre la vocación política de las mujeres* de Mariana Aylwin (1990), englobam o debate ao assegurar que a categoria “mulher” era ampla e seria necessário estudar sobre a sua institucionalização no Estado democrático e a inclusão das mulheres chilenas no espaço político, respectivamente.

O texto de Josefina Rossetti (1989) apresentou a *Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia* que se propôs a atuar durante todo o ano de 1989 em concomitância com a *Concertación de Partidos por la Democracia*. De acordo com a autora, a organização objetivava promover programas e políticas no que diz respeito à participação das mulheres no governo democrático, potencializar a atuação de agentes femininas em postos de decisão do governo, da administração pública e do governo local, desenvolver um trabalho político com o público feminino durante as eleições promovendo formação acerca dos direitos da mulher e criar uma linguagem acessível a diversos grupos de mulheres.

*Los objetivos que se propone cumplir durante el período mencionado son: definir políticas y programas respecto de la mujer para llevar a cabo en el gobierno democrático; promover figuras femeninas en la política, así como en los puestos de decisión en el gobierno, la administración pública y el gobierno local; procurar que el trabajo político que se realice con las mujeres por la candidatura presidencial y durante la campaña parlamentaria de siempre cabida a una discusión y formación respecto de los derechos de la mujer; crear un lenguaje político con un sello propio que permita llegar a todas las mujeres del país, con sensibilidad, humor y imaginación (ROSSETTI, Mensaje, n.379: 220-221, 1989).*

Ressaltamos que a intelectual era a secretária executiva da organização, o que é comprovado pela declaração da *Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia*, assinada por ela e por uma das autoras do livro *Tramas para un nuevo destino: propuestas de la Concertación de Mujeres por la Democracia*<sup>16</sup>. As tensões internas entre os próprios movimentos

<sup>16</sup> Declaración Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia. Universidad Alberto Hurtado. Disponível em <https://archivopatrimonial.uahurtado.cl/declaracion-concertacion-nacional-de-mujeres-por-la-democracia-2>. Acesso em: 15 mai. 2024.

feministas diante dessa nova conjuntura histórica chilena não foram abordadas nos artigos investigados neste trabalho. O que é esperado, visto que, ao que tudo indica, *Mensaje* operou como um veículo de propaganda do *No* diante do plebiscito de 1988, da *Concertación de Partidos por la Democracia* e posteriormente, da eleição para a presidência do democrata cristão Patricio Aylwin, cujo mandato presidencial teve início em março de 1990, dando fim à ditadura militar teoricamente. É importante destacar que a sua filha, Mariana Aylwin é a autora do texto *Una aproximación histórica: sobre la vocación política de las mujeres*, publicado em *Mensaje* em 1990. O artigo respalda o passado histórico e político das mulheres chilenas, adotando um discurso semelhante aos outros disponíveis na revista e usando do consenso e da unidade como mecanismos fundamentais diante do novo contexto do Chile.

Enfatizamos que a ditadura militar chilena (1973-1990) projetou-se com toda a sua força política e socioeconômica no período pós-ditatorial. Apesar da transição para a democracia, a Constituição de 1980 está em vigência até os dias atuais, corroborando para que a população conte com serviços privatizados para o exercício de serviços básicos como acesso à água, aposentadoria, educação e saúde. A abertura democrática alimentou a refundação capitalista neoliberal e restringiu as mobilizações populares por meio de um sistema eleitoral que, ainda hoje, é questionado pelo povo. Portanto, a centralidade do projeto político implantado pelos militares forneceu ferramentas para que a sua estrutura fosse mantida mesmo após a derrota do seu líder personalista, Augusto Pinochet (LIMÓN, 2021; VALDIVIA, 2015).

Devido a esses fatores, a militância feminista que almejava reorganizar e romper com simbologias do poder se enfraqueceu do ponto de vista da organização popular e concentrou as suas atuações em ONG's e departamentos de estudos da mulher e de gênero (RICHARD, 2001). Questão que se estende às produções feministas em *Mensaje* cuja conciliação adotada demonstra um distanciamento da linha política socialista de Julieta Kirkwood e Teresa Valdés e a complexidade da análise do material estudado e da intencionalidade de cada intelectual por trás das páginas impressas da revista. Não podemos deixar de sublinhar que provavelmente essa foi

---

Tramas para un nuevo destino : propuestas de la Concertación de Mujeres por la Democracia. Biblioteca Digital de la Universidad de Chile. Disponível em [https://bibliotecadigital.uchile.cl/discovery/fulldisplay?vid=56UDC\\_INST:56UDC\\_INST&tab=Everything&docid=alma991007888387303936&lang=es&context=L&adaptor=Local%20Search%20Engine&query=sub,exact,Mujeres%20--%20ASPECTOS%20JURIDICOS,AND&mode=advanced](https://bibliotecadigital.uchile.cl/discovery/fulldisplay?vid=56UDC_INST:56UDC_INST&tab=Everything&docid=alma991007888387303936&lang=es&context=L&adaptor=Local%20Search%20Engine&query=sub,exact,Mujeres%20--%20ASPECTOS%20JURIDICOS,AND&mode=advanced). Acesso em: 15 mai. 2024.

a única estratégia de sobrevivência vista por elas como viável e imediata diante do sistema autoritário em vigência.

## *Considerações Finais*

Observamos que as políticas de gênero impostas pela ditadura militar liderada por Augusto Pinochet surgiram como uma resposta às intensas mobilizações dos movimentos feministas chilenos e à ameaça que eles representavam para o projeto político do Estado repressivo. Dessa forma, o anticomunismo fomentado pelas extremas direitas latino-americanas e incorporado pela ditadura chilena por meio de mecanismos como a Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor se articula com o antifeminismo materializado em documentos oficiais do governo ditatorial. O que evidencia uma dupla opressão vivenciada por muitas intelectuais feministas atuantes em *Mensaje* - a de gênero e a política, devido às suas ideologias comunistas e socialistas.

Por isso, a escrita da história das mulheres do Chile expressa nas produções materializadas na revista e em outros espaços, constituem-se como ferramenta de luta política contra o autoritarismo patriarcal de Pinochet e a sua estrutura de censuras, perseguições, exílios e demais violências. A repressão desencadeada pela ditadura militar corroborou para a modificação das ações das esquerdas nacionais e internacionais e possibilitou um cenário de transformação de projetos individuais e coletivos que se manifestou em diversas instâncias, sendo os movimentos feministas e os partidos políticos, os mais abordados neste trabalho.

Salientamos que as mobilizações protagonizadas pelos movimentos feministas desde o início da ditadura militar possibilitaram instrumentos para que as produções feministas em *Mensaje* fossem desenvolvidas posteriormente. O que comprova que os textos investigados em nossa pesquisa não são conteúdos intelectuais desenvolvidos de forma abstrata, muito pelo contrário, são resultado de lutas e estudos realizados em contextos históricos anteriores. Notamos que a escrita da história das mulheres do Chile conectou-se ao uso da teoria e da prática cotidiana, o que se explica pelo cenário das esquerdas latino-americanas da segunda metade do século XX e conseqüentemente, pelas linhas políticas das próprias intelectuais

feministas inseridas no corpo editorial de *Mensaje*. História esta que construiu um sistema de referências feminino, desconstruiu o sujeito universal masculino e escreveu uma “nova história”.

Por fim, ressaltamos como o material investigado, neste artigo, articula diretamente intelectualidade e militância política, mostrando como as duas áreas se interceptam e se completam, construindo e sustentando uma gama de grupos compostos por mulheres que se organizaram de acordo com uma agenda feminista e, em alguns momentos, democrática e antineoliberal. É interessante observar também o quanto essa agenda transformou-se, à medida que o processo de redemocratização ganhou corpo, impactando as produções desenvolvidas pelas intelectuais feministas e claro, as suas mobilizações populares.

---

## Fontes

Exemplares da revista *Mensaje*, disponíveis nas bibliotecas digitais da revista e da Universidade Alberto Hurtado, respectivamente:

<https://www.mensaje.cl/biblioteca/>

<https://repositorio.uahurtado.cl/handle/11242/9746>. Acesso em: 22 de jul. 2019.

Decreto Ley 670. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?i=6273>. Acesso em: 13 ago. 2024.

## Referências Bibliográficas

BELMAR, Luis; LEIVA, Miguel; MENARES, René (2015). *Chile y el mundo con los ojos de Mensaje: silencios y reencuentros (1975-1988)*. Edição Revista Mensaje, Santiago do Chile, jul.

BUTLER, Judith (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 1.ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 288 p.

BORGES, Elisa (2013). *O governo de Salvador Allende no Chile: atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho*. Projeto História, São Paulo, n. 47, 2013, pp.85-109.

- BRITO, Ângela; VASQUEZ, Ana (2007). *Mulheres latino-americanas no exílio*. Universalidade e especificidade de suas experiências. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis - SC - Brasil. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1208>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- CRUZ, María (2015). A Igreja Católica, a ditadura e os dilemas da memória no Chile. QUADRAT, S; ROLLEMBERG, D. (org.). In: *História e Memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV, pp. 369-393.
- DAVIS, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Ed. Boitempo, 248p.
- GAGO, Verónica (2020). *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. Trad. Igor Peres. Editora Elefante, São Paulo.
- ISLA, Pablo. *Dictadura militar y construcción identitaria: La categoría 'Mujer Chilena'*. Revista Est. de Políticas Públicas, 5 jun. 2017, pp. 171-185.
- JEREZ, Francesca. *La mujer como bastión de la Reconstrucción Nacional: representaciones sociales presentes en el Mercurio 1973-1979*. Contextos, nº 31, 2014, pp. 95-110.
- KIRKWOOD, Julieta (1990). *Ser política em Chile: Los nudos de la sabiduría feminista*, 2.ed, Santiago, Cuarto Proprio.
- LARGO, Eliana (2017). *50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto*. In: 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. Ed.1, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, pp.99-135.
- LOWY, Michel (2016). O que é o cristianismo da libertação: religião e política na América Latina. In: Cap.2. *O cristianismo da libertação na América Latina*, Ed.1, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, pp.73-140.
- MARQUES, Gabriela (2011). As feministas na Igreja Católica: uma análise do Circulo de Estudios de la Mujer na Academia de Humanismo Cristiano do Chile (1979-1983). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*, São Paulo, pp.1-15. Disponível em [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300857132\\_ARQUIVO\\_GabrielaMirandaMarquesST56.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300857132_ARQUIVO_GabrielaMirandaMarquesST56.pdf). Acesso em: 3 mar. 2023.
- MEZA, Angélica. *La otra mitad de Chile*. CESOC, Ediciones Chile y América, 1986, 323 p.
- PEDRO, Joana (2008). *Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul*. Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica, n. 26-1.
- PEDRO, Joana (2005). *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História, São Paulo, v.24, n.1.
- PEDRO, Joana (2001). Trajetórias políticas em mudanças: tornar-se feminista no Cone Sul. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH* • São Paulo, julho, pp.1-15. Disponível em [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846359\\_ARQUIVO\\_5Trajetoriaspoliticasemtransformacao.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846359_ARQUIVO_5Trajetoriaspoliticasemtransformacao.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.
- POWER, Margaret (2008). *La mujer de derecha: el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973*. Dirección de Bibliotecas, Archivos e Museos, Santiago, Chile.
- RICHARD, Nelly (2002). A escrita tem sexo? In: RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- RICHARD, Nelly (2001). La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100914035407/15richard.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

- ROSA, Susel Oliveira da (2013). *Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante*. Segunda Parte - Danda Prado e a coragem feminista. São Paulo: Intermeios; Fapesp, pp.105-233.
- SADER, E (1992). Chile: Socialismo como radicalização da democracia? In: *Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina*. São Paulo: Série História Viva, pp.34-53.
- SCOTT, Joan (1990). Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, pp.5-22, jul/dez.
- SEPÚLVEDA, Vanessa (2013). Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la ditadura de Pinochet (1973-1990). *Cuadernos Kóre*. Revista de historia y pensamiento de género, Nº 8, Primavera-Verano, pp. 96-117. Disponível em [www.uc3m.es/cuadernoskore](http://www.uc3m.es/cuadernoskore). Acesso em: 3 mar. 2023.
- VALDÉS, Teresa (1987). Las mujeres y la dictadura militar en Chile. *FLACSO* (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales).
- VALDIVIA, Verónica (2010). "¡Estamos en guerra, señores!". El régimen militar de Pinochet y el "Pueblo", 1973-1980. In: *Historia*, Santiago, vol.1, nº 43, 2010, pp.163-201. Disponível em: <http://ojs.uc.cl/index.php/rhis/article/view/10420/9630>. Acesso em: 3 nov. 2023.
- VALDIVIA, Verónica (2018). Gritos, susurros y silencios dictatoriales. La historiografía chilena y la dictadura pinochetista. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, pp. 167-203, jan./abr. Acesso em: 3 nov. 2023.
- VALDIVIA, Verónica (2015). Pinochetismo e guerra social no Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 121-141. Acesso em: 3 nov. 2023.
- WOITOWICZ, K. PEDRO. J (2009). O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. *Espaço Plural*, v. X, n. 21, julio-diciembre, 2009, pp. 43-55. Disponível em <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944363006.pdf>. Acesso em 15 fev. 2024.